

"ESTA LEITURA NÃO EDUCA NEM CONSTRÓI"

a censura aos livros
antes do 25 de Abril

5 DE ABRIL A 30 DE MAIO, 2024
Campi da Av. de Berna e de Campolide
Infraestrutura ROSSIO (rossio.pt)



FICHA TÉCNICA

Organização

Divisão de Bibliotecas e Documentação
da NOVA FCSH e Infraestrutura ROSSIO

Coordenação e revisão científica

Amélia Aguiar Andrade, NOVA FCSH

Consultoria científica

Pedro Aires Oliveira, IHC, NOVA FCSH

Recolha documental e bibliográfica

Mariana Alves Pereira, DBD, NOVA FCSH

Textos

Mariana Alves Pereira, DBD, NOVA FCSH

Design gráfico

Marcel Paiva do Monte, Mariana Alves Pereira,
DBD, NOVA FCSH

EXPOSIÇÃO

"ESTA LEITURA NÃO EDUCA NEM CONSTRÓI"

a censura aos livros
antes do 25 de Abril

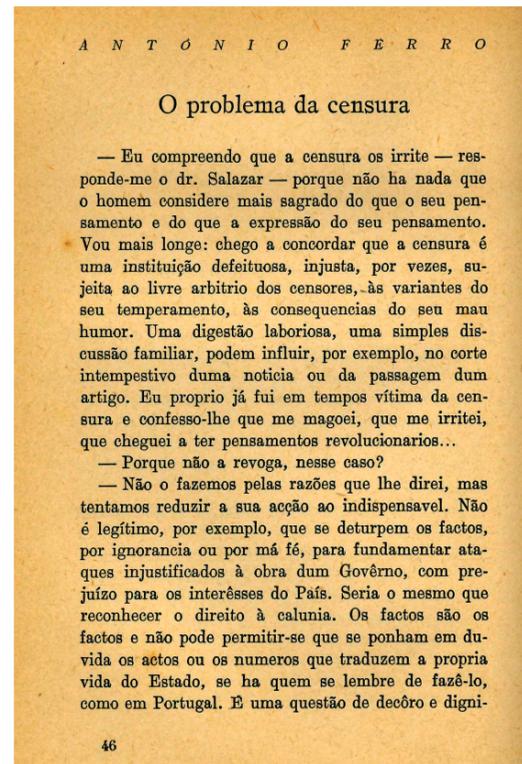
livros que fizemos,
NÃO
podia encontrar
nas
Bibliotecas
a 24 de ABRIL
de 1974.

Núcleo 1: A consolidação da censura na sociedade portuguesa

Foi em junho de 1926 que a censura passou a marcar os livros em Portugal. Inicialmente encarada como medida transitória, para cercear a oposição à ditadura militar declarada após o golpe de maio de 1926, a censura foi regulada logo em julho através do decreto-lei n.º 11839. Ainda que se garantisse que era “a todos lícito manifestar livremente o seu pensamento”, explicitava-se também que não seriam admitidas publicações difamatórias do estado, da pátria e dos seus representantes, ou que pudessem perigar a ordem pública.

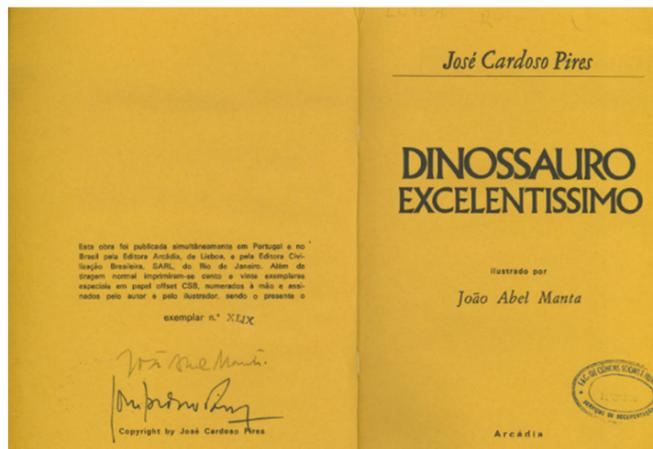
Excerto da entrevista dada por Salazar a António Ferro, em 1938, sobre a censura. A entrevista foi publicada por António Ferro em *Salazar. O homem e a sua obra*, aqui exibido.

Cota: POL 383.



Núcleo 2: “esta leitura não educa nem constrói”: os objetivos da censura

A censura constituía para o Estado Novo um mecanismo de consolidação do regime, da sua ideologia e dos seus princípios, por um lado, e um instrumento para restringir, condicionar e reprimir o que contra eles se produzisse, por outro. Para o alcançar, a sua ação foi regulada por vários decretos legais, emanados entre 1928 e 1974, nos quais se estabeleceram as linhas e critérios gerais de atuação, que foram sucessivamente complementados por diretrizes do próprio presidente do Conselho, estabelecendo novos critérios ou enfatizando a necessidade do regime censório consoante a conjuntura.



Primeira edição da obra *Dinossauro Excelentíssimo*, editada em 1972 pela Arcádia, com ilustrações de João Abel Manta, numerada e assinada pelos autores. Esta obra constitui um exemplo de fuga à censura.

Cota: RES 613.

Núcleo 3: “É inconveniente”: a censura em obras de carácter político

A vigilância e controlo da disseminação de ideais e princípios contrários aos do Estado Novo, determinou que a censura tivesse particular atenção sobre as obras importadas para Portugal. Deste modo, ao mesmo tempo que se queria impedir ou refrear a influência de opções políticas opostas ao regime, como o comunismo, também se procurou assegurar a sua manutenção, impedindo a circulação de obras com mensagens contrárias aos seus interesses estratégicos nacionais e internacionais.

Mário Sottomayor Cardia teve um percurso político de resistência ao regime, tendo sido inclusive torturado pela PIDE, como explica na obra editada em 1971, *O Dilema da Política Portuguesa*. O exemplar aqui exposto pertencia ao autor, contendo anotações feitas pelo próprio, que viu a sua obra ser censurada logo no ano do seu lançamento.

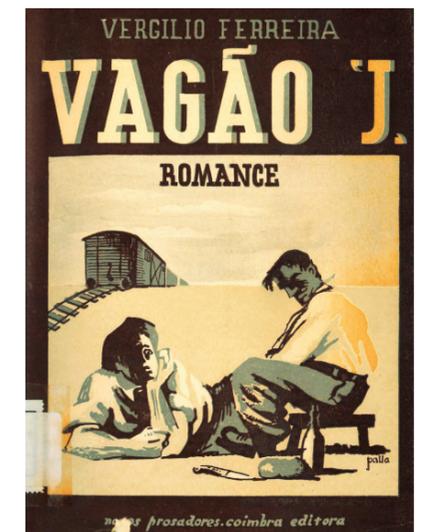
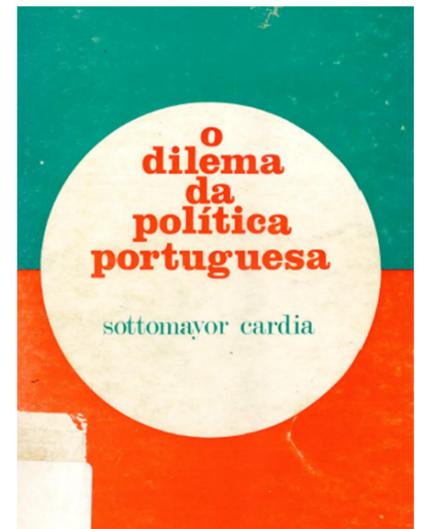
Cota: POL 1209.

Núcleo 4: “Não é de permitir”: a política e a literatura

A censura também se manteve atenta à circulação de obras literárias, ciente das ideias subversivas que podiam conter e impedindo a sua disseminação. Este controlo torna evidente a ação coordenada pelo regime para coartar a circulação de livros que contivessem “inconvenientíssima propaganda da mística comunista”, “doutrinação marxista” ou “propaganda nihilista”.

A obra *Vagão J*, de Vergílio Ferreira, foi publicada pela primeira vez em 1946 e foi proibida logo no ano seguinte. Em 1953, a Comissão de Censura de Coimbra enviou um ofício ao seu diretor informando sobre a inutilização de mil e cem exemplares que foram encontrados pela PIDE. Contudo, sobreviveu esta primeira edição da obra, da Coimbra Editora.

Cota: LL 287/B.



Núcleo 5: “Este livro não deve passar”: literatura e moral da nação

O Estado Novo consolidou-se com base na ordem moral e religiosa, que assegurava não só a manutenção do poder como, também, o equilíbrio social. Assim, o impedimento de circulação ou os cortes em obras com linguagem considerada ofensiva e indecorosa, que procurassem veicular uma imagem da mulher contrária à que era defendida pelo regime ou que estabelecessem críticas à doutrina religiosa seguida pelo estado, foram alguns dos critérios permanentes da censura ao longo do regime.

Ao longo do Estado Novo, a poesia de Bocage foi sucessivamente proibida, por estar escrita “na mais depravada e obscena linguagem”, de acordo com a censura. No entanto, foram publicadas várias obras suas durante o regime, sobretudo poesia não satírica, como o exemplar exposto, editado em 1961.

Cota: LL 8833.

